

CONSTRUINDO UMA COMUNIDADE IMAGINADA: A SAMURAIZAÇÃO DO JAPÃO MEIJI (1880-1905)

Edelson Geraldo Gonçalves¹

Resumo: Este artigo aborda a samuraização, ou seja, a valorização e instrumentalização da tradição samurai, ocorridas durante o processo de modernização e consolidação do Estado japonês durante a Era Meiji (1868-1912). Buscamos discutir aqui como se deu essa samuraização, ou, em outras palavras, responder à questão de como e porque a samuraização ocorreu. Para isso se busca identificar os métodos e as razões que nortearam esse processo, trabalhando com a hipótese, que resulta confirmada na conclusão, de que este foi um processo de imaginação, ou invenção, do Japão moderno como uma comunidade. Para isso as fontes analisadas serão tanto documentos oficiais do governo Meiji, notadamente o Rescrito Imperial dos Soldados e Marinheiros de 1882, a Constituição do Império do Japão de 1889, o Rescrito Imperial para a Educação de 1890, o Código Civil de 1898, e o relatório do general Yamagata Aritomo sobre o exército japonês, escrito em 1908, assim como textos de época, escritos por autores independentes como Inazo Nitobe, Dairoku Kikuchi e Lafcadio Hearn. Como referenciais teóricos serão trabalhados conceitos como “Comunidade Imaginada”, cunhado por Benedict Anderson, “tradição”, principalmente na concepção de Edward Shils e “tradição inventada”, segundo Eric Hobsbawm.

Palavras-Chave: Samuraização. Era Meiji. Comunidade Imaginada.

BUILDING AN IMAGINED COMMUNITY: THE SAMURAIZATION OF MEIJI JAPAN (1880-1905)

Edelson Geraldo Gonçalves

Abstract: This article deals with samuraization, that is, the valorization and instrumentalization of the samurai tradition, which occurred during the process of modernization and consolidation of the Japanese State during the Meiji Era (1868-1912). We seek to discuss here how this samuraization took place, or, in other words, to answer the question of how and why this samuraization happened. For this purpose, we seek to identify the methods and reasons that guided this process, working with the hypothesis, which is confirmed in the conclusion, that this was a process of imagination, or invention, of modern Japan as a community. For this, the sources analyzed will be both official documents of the Meiji government, notably the Imperial Rescript of Soldiers and Sailors of 1882, the Constitution of the Empire of Japan of 1889, the Imperial Rescript for Education of 1890, the Civil Code of 1898, and the General Yamagata Aritomo's report on the Japanese army, written in 1908, as well as period texts written by independent authors such as Inazo Nitobe, Dairoku Kikuchi and Lafcadio Hearn. As theoretical references, concepts such as "Imagined Community", coined by Benedict Anderson, "tradition" will be worked, mainly in the conception of Edward Shils and "invented tradition", according to Eric Hobsbawm.

Keywords: Samuraization. Meiji Era. Imagined Community.

CONSTRUIRE UNE COMMUNAUTÉ IMAGINÉE: LA SAMURAI-SATION DU JAPON MEIJI

Edelson Geraldo Gonçalves

Résumé: Cet article aborde la samouraisation, c'est-à-dire de la valorisation et de l'instrumentalisation de la tradition des samourais, qui a eu lieu pendant le processus de modernisation et de consolidation de l'État japonais à l'époque Meiji (1868-1912). Nous cherchons à discuter ici de la manière dont cette samouraisation a eu lieu, ou, en d'autres termes, à répondre à la question de savoir comment et pourquoi cette samouraisation s'est produite. À cette fin, nous cherchons à identifier les méthodes et les raisons qui ont guidé ce processus, en travaillant avec l'hypothèse, qui est confirmée dans la conclusion, qu'il s'agissait d'un processus d'imagination, ou d'invention, du Japon moderne en tant que communauté. Pour cela, les sources analysées seront à la fois des documents officiels du gouvernement Meiji, notamment le Rescrit Impérial des Soldats et Marins de 1882, la Constitution de l'Empire du Japon de 1889, le Rescrit Impérial pour l'éducation de 1890, le Code Civil de 1898, et le rapport du général Yamagata Aritomo sur l'armée japonaise, écrit en 1908, ainsi que des textes d'époque écrits par des auteurs indépendants tels que Inazo Nitobe, Dairoku Kikuchi et Lafcadio Hearn. Comme références théoriques, des concepts tels que "Imagined Community", inventé par Benedict Anderson, la "tradition" sera travaillée, principalement dans la conception d'Edward Shils et la "tradition inventée", selon Eric Hobsbawm.

Mots-clés: Samouraisation. Ère Meiji. Communauté imaginée.

Introdução

A representação do samurai é uma referência muito presente na identidade japonesa, e seus valores de lealdade, diligência e sacrifício, permaneceram tidos como uma orientação de comportamento distintiva desde os súditos do Japão Imperial (1868-1945), principalmente os soldados, até os executivos do Japão Pós-Guerra.

Este artigo tem como objeto justamente o nascimento dessa referência no Japão moderno, através da análise do processo estatal de valorização e instrumentalização da tradição samurai pelo governo Meiji (1868-1912) iniciado em meados da década de 1880, tendo a sua consolidação na década de 1890 e seu auge durante a Guerra Russo-Japonesa.

Este processo, chamado de “samuraização” pelo antropólogo Harumi Befu (1985), será aqui analisado com a abordagem de fontes oficiais do governo Meiji, como o *Rescrito Imperial dos Soldados e Marinheiros* de 1882, a *Constituição do Império do Japão* de 1889, o *Rescrito Imperial para a Educação* de 1890, o *Código Civil* de 1898, o relatório do general Yamagata Aritomo sobre o exército japonês, escrito em 1908, e textos independentes de autores como William Elliot Griffis no livro *The Mikado's Empire*, publicado em 1876, Lafcadio Hearn, com os livros *Out of the East* de 1895 e *Japan: An Attempt at Interpretation* de 1905, Nitobe Inazo, com o livro *Bushido: The Soul of Japan*, de 1899, o poema *Kimi Sinitamo Nakare* (Amado, Você não deve Morrer) escrito por Yosano Akiko, e publicado em 1905, a introdução ao livro *Human Bullets*, de 1907, escrita pelo Conde Okuma Shigenobu, Natsume Soseki, com o romance *Sanshiro*, de 1908, e Kikuchi Dairoku, com o livro *Japanese Education* de 1909².

Por sua vez os referenciais teóricos aqui trabalhados serão os conceitos de “Modernização Conservadora”, “Comunidade Imaginada”, “tradição”, e “tradição inventada”, principalmente segundo os autores Barrington Moore Jr (1975), Benedict Anderson (2013), Edward Shils (1973), e Eric Hobsbawm (2002a), respectivamente nos livros *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, *Comunidades Imaginadas*, *Tradition*, e *A Invenção das Tradições*.

O objetivo do artigo é identificar os métodos e as razões que nortearam



o processo de samuraização do Japão da Era Meiji, ou em outras palavras, entender como e porque o processo de samuraização foi feito.

O Projeto de Modernização Liberal

Após a chegada dos navios do Comodoro norte-americano Matthew Perry (1794-1858) em 1853, foi colocado fim ao xogunato Tokugawa, na culminação de um processo que já estava em andamento há cerca de um século, com a presença ideológica do discurso nativista (*Kokugaku*³) sobre a legitimidade do poder imperial, e da necessidade de sua restauração, movimento que após o retorno dos ocidentais, levou os lealistas (restauracionistas), liderados principalmente pelos domínios do sul do Império (Satsuma e Choshu), sob o lema “Reverenciar o Imperador e expulsar os bárbaros”, a forçar a derrubada do xogunato, dando início à Era Meiji em 1868 (REISCHAUER, 1995, p. 239).

Antes disso, ainda sob o xogunato, no ano de 1858, o Japão ficou preso a uma série de tratados desiguais com os EUA e outras nações ocidentais, fazendo com que posteriormente os dirigentes do governo Meiji elegessem como meta principal a revogação desses tratados e a recuperação da completa soberania nacional do país (GORDON, 2003, p. 73).

Para isso, o governo Meiji iniciou um agressivo processo de modernização, sob o lema “Civilização e Iluminismo”, e para desenvolver uma linha mestra para esse objetivo, enviou ao Ocidente a Missão Iwakura, uma comitiva composta principalmente por políticos e acadêmicos, e liderada pelo embaixador Iwakura Tomomi (1825-1883), e que a partir de dezembro de 1871, iniciou uma viagem de dezoito meses pelos EUA e Europa em busca de inspiração para medidas que seriam aplicadas no Japão. Esta missão tinha também um papel de propaganda frente à opinião pública internacional; para mostrar ao mundo que o Japão estava comprometido em se tornar um país civilizado (GORDON, 2003, p. 73, 109; NISH, 2000, p. 83).

Ao se mostrar “civilizado” o Japão buscava ser reconhecido como um igual pelas demais potências ocidentais modernas, e com isso conseguir a re-



visão e revogação dos tratados desiguais. Para tanto adotou inicialmente um modelo liberal de modernização, fortemente pautado no industrialismo e na ocidentalização dos costumes (GLUCK, 2015, p. 570).

Com esse modelo de modernização liberal o governo Meiji promoveu fatores vistos como modernos e ocidentalizantes, como a igualdade perante a lei, liberdade de pensamento, fala, reunião e religião, e o individualismo (SANSOM, 1951).

Estes valores eram inclusive reforçados pelo novo sistema de educação do país, fundado em 1872 sob o Ministro da Educação Tanaka Fujimaro (1845-1909) e fortemente inspirado nos sistemas educacionais dos EUA e França, que o Reitor da Universidade Imperial de Quioto, matemático e educador Barão Kikuchi Dairoku (1855-1917) (1909, p. 71), definiu como “essencialmente utilitário” e para o qual o ensino moral era “considerado sem importância”.

A Dessamuraização

Além disso, foi feito também o processo de dessamuraização da elite japonesa, ao se abolir lentamente o estamento⁴ social que no regime Tokugawa comandava a sociedade, os samurais, símbolos por excelência do velho Japão, que deveria ser reformado. Com isso levou-se à frente uma progressiva dissolução desse estrato social, uma minoria que àquela altura era muito malvista frente à maior parte da opinião pública nacional, encarados como um símbolo de opressão do antigo regime, e como inadapáveis aos novos tempos, fator que facilitou a tarefa do governo (BENESCH, 2014, p. 37-38).

Inclusive, tal visão negativa dos samurais, predominante no início da Era Meiji, foi reproduzida no texto de um dos mais notáveis observadores ocidentais do novo Japão, o professor William Elliot Griffis (1843-1928), que em seu livro *The Mikado's Empire* de 1876, demonstra a seguinte percepção sobre os samurais:

As ideias de honra do samurai o proibiam de fazer qualquer trabalho ou se envolver em qualquer negócio. Seu único dever era manter a negligente vigia do castelo ou casa de seu senhor, seguir a comitiva de seu mestre e, em ocasiões determinadas,



aparecer vestido cerimonialmente. Sua vida foi de ociosidade e conforto; e, como se pode imaginar, os longos séculos de paz serviram apenas para desenvolver o caráter perigoso desta grande classe de desocupados armados. Alguns, de fato, eram estudiosos, ou engajados com zelo em exercícios marciais, ou se tornaram professores, mas a maioria passou a vida comendo, fumando e descansando em bordéis e casas de chá, ou levou uma vida selvagem de crime em uma das grandes cidades (GRIFFIS, 2006, p. 323).

Uma medida central para esse processo foi o estabelecimento da conscrição militar, tirando dos samurais o monopólio formal das armas. Como escreveu em 1908 o patrono do exército japonês, General Yamagata Aritomo (1838-1922), ao relatar sobre sua participação na Guerra Boshin⁵ (1868-1869) e sua experiência na formação do moderno exército japonês. Apesar da resistência dos samurais à perda do exclusivismo militar, Yamagata constatou que, “aqueles que vinham de boas famílias [samurais] eram muito fracos e incompetentes para ser oficiais exemplares ou tomarem lugar como soldados comuns” e que “alguns camponeses, que o xogunato e o clã de Choshu haviam treinado na disciplina [militar] estrangeira, se provaram bons soldados” (YAMAGATA, 1909, p. 203).

Yamagata ainda relata que ele havia visto que todos os modernos sistemas militares europeus eram fundados no princípio da conscrição geral, e que as constatações citadas acima facilitaram a decisão de dessamuraizar as forças armadas, iniciativa que não foi recebida sem resistência também pela antiga plebe, resultando em revoltas e destruição de numerosos centros de recrutamento nos anos de 1873 e 1874 (GORDON, 2003, p. 66), e estando ainda presente no ideário popular décadas mais tarde, em plena Guerra Russo-Japonesa⁶ (1904-1905), como atesta um famoso poema de Yosano Akiko (1878-1942) (2007, p. 143-144), que relata sua tentativa de demover o irmão da participação no conflito, ao afirmar que:

O que significa para você
se os muros de Port Arthur desmoronam ou se erguem?
Por que você deveria se importar? Essas coisas não estão
nos mandamentos de uma família mercante.

Contudo esse processo de dessamuraização não causou o total desapa-



recimento de características do *ethos*⁷ samurai entre os ex-samurais ou mesmo entre outros setores da população. Uma vez que a internalização de valores da aristocracia guerreira por outros estamentos (e vice-versa), ocorria espontaneamente desde a Era Tokugawa. Isso se deu notadamente com a absorção de valores da plebe urbana (principalmente comerciantes e artesãos) pelos samurais, sobretudo nos gostos culturais e apego pelo dinheiro. Ocorreu também a criação da simpatia pelos ideais samurais entre a plebe em geral, algo perceptível através da cultura popular urbana (literatura, teatro, pintura, etc.), notadamente pela recepção da adaptação teatral da história dos 47 *ronin*⁸ (MACFARLANE, 2008, p. 62; SMITH, 1997, p. 195).

Uma demonstração disso foi a presença da prática samurai da caça às cabeças dos inimigos derrotados entre o exército conscrito, e predominantemente plebeu, que combateu a Revolta de Satsuma⁹ em 1877, liderada por Saigo Takamori (1828-1877) (RAVINA, 2004, p. 1-2).

Com a chegada da década de 1880, à medida que avançava o desencantamento do governo Meiji com o modelo liberal ocidentalizante de modernização, e com o próprio distanciamento temporal dissolvendo o repúdio popular aos samurais, a imagem destes foi aos poucos reabilitada.

O Projeto de Modernização Conservadora

Ao longo da década de 1880 ocorreu a desilusão com o modelo liberal de modernização, assim como o seu esgotamento. Esse foi um período de “modernização conservadora”, seguramente sacramentado na década de 1890, mas já perceptível como tendência na década anterior. Segundo Barington Moore Jr (1975, p. 503), esse tipo de modernização se caracteriza por ser feita “através de uma revolução vinda de cima”, com uma aliança entre realeza e aristocracia fortes, com comerciantes e industriais fracos.

A Restauração Meiji foi justamente um processo liderado por elites aristocráticas e financeiras (sob a liderança das primeiras) do país, sendo inclusive o caso japonês o primeiro exemplo citado por Moore Jr após definir esse conceito.



Nesses anos o impulso de ocidentalização da sociedade japonesa foi revertido, à medida que o encantamento com a civilização ocidental diminuiu, notadamente em função da consciência adquirida sobre os problemas do Ocidente, assim como pelo descontentamento da opinião pública em relação às atitudes tomadas por governos das grandes potências nos territórios colonizados na África e na Ásia, o que fomentava dúvidas sobre a sinceridade da “missão civilizadora” pregada por elas (OGUMA, 2002, p. 10). Essa nova realidade culminou com a promulgação, em 1889, de uma constituição com grande potencial autoritário.

O conservadorismo que ganhou força no Japão, no final do século XIX, tinha aspectos de nostalgia em relação a algumas características da Era Tokugawa, principalmente a influência da moral confucionista, assim como críticas ao ideário progressista, em uma reação ao ideário da “Civilização e Iluminismo” do início da Era Meiji, buscando um caminho alternativo para a modernização (PYLE, 2008, p. 674-681).

Como argumentou Eric Hobsbawm (2005, p. 118-119) no cenário do século XIX, não era a sofisticação ou elegância de uma civilização que lhe garantia o respeito das potências mundiais, e sim a força de suas armas, dessa forma, nas palavras do autor, o Japão “começou a ser tratado como um igual quando começou a ganhar guerras”. Mais precisamente, a sonhada anulação dos tratados desiguais com o Ocidente foi conseguida apenas em 1894, com o bom desempenho na Guerra Sino-Japonesa¹⁰, sendo que a posterior vitória nesse conflito, assim como a subsequente vitória na Guerra Russo-Japonesa, em 1905, serviram tanto para a conquista do respeito dos ocidentais, quanto para o fortalecimento do nacionalismo e da confiança popular no Japão (OGUMA, 2002, p. 11; SINGER, 1973, p. 152).

A Samuraização

Segundo Kurt Singer (1973, p. 149) em todas as sociedades modernas parece existir “a imagem normativa do homem superior, o *beau idéal* não de uma única classe, casta, profissão ou credo, mas da nação como um todo em



seus traços mais característicos e estimados” e quando o Japão fez sua mudança para o modelo conservador de modernização, o samurai foi o modelo escolhido para preencher este papel.

Essa escolha pode ser explicada justamente pela presença hegemônica de ex-samurais dos domínios de Satsuma e Choshu entre os oligarcas do governo Meiji. Estes domínios se localizavam no sul do Japão; na ilha de Kyushu (Satsuma) e no extremo sul da ilha de Honshu (Choshu); região em que o estamento samurai era mais fortemente carregado de códigos de honra e comportamento, sendo inclusive o berço dos possivelmente mais notáveis movimentos de revolta contra a modernização do Japão, a Rebelião dos Shinpu-ren¹¹ e a Revolta de Satsuma, ocorridas em 1876 e 1877.

Na ilha de Kyushu, mais especificamente no domínio de Nabeshima, foi escrito o *Hagakure (Oculto pelas Folhas)*, de autoria do monge budista e ex-samurai, Yamamoto Tsunetomo (1659-1719), que posteriormente se tornou o mais influente *kakun*¹² (“Código da Casa”) do Japão, inclusive na modernidade. Este texto, escrito entre 1710 e 1716, essencialmente registra uma resistência ao ideal do governo dos Tokugawa para os samurais, que os transformou no estrato burocrático e intelectual do Império em uma era de paz. É um texto que renega as letras e as artes e exalta a lealdade e a morte; com um conteúdo nostálgico que louva um passado idealizado, que teria existido antes da Era Tokugawa (MCCLAIN, 2002, p. 82).

Em Choshu, o *Hagakure* foi lido por Yoshida Shoin (1830-1859), professor e ideólogo que tinha os principais líderes representantes desse domínio na Restauração Meiji como discípulos. Entre estes estava o futuro General Yamagata Aritomo.

Yoshida pregou aos seus discípulos um ideário que somava o conteúdo do *Hagakure* aos ideais dos pensadores nativistas (*kokugaku*) do século XVIII, e que pregavam a restauração do poder do Imperador (MORRIS, 1906, p. 177). O resultando disso é que nos ensinamentos de Yoshida, a virtude da lealdade, que no texto do *Hagakure* é devida ao senhor de cada samurai, fosse transferida para a figura do Imperador.

A presença desse *ethos* samurai característico em Kyushu foi percebida



por dois notáveis escritores que lá viveram e lecionaram, o orientalista Lafcadio Hearn (1850-1904) e o romancista Natsume Soseki (1867-1916).

O primeiro, enquanto estava na cidade de Kumamoto em 1895, percebeu que lá havia uma grande resistência à ocidentalização dos costumes, tão presente em locais como Tóquio e Yokohama, assim como a notável presença do *ethos* samurai, e afirmou que essa região era “a parte mais conservadora do Japão, e Kumamoto, sua principal cidade, era o centro desse sentimento conservador”. O autor chamou esse *ethos* de “espírito de Kyushu”, uma moralidade caracterizada “por sua adesão a tradições de conduta que foram quase esquecidas em outros lugares”, e que em Kyushu o “antigo espírito samurai ainda vive” (HEARN, 1895, p. 30).

Soseki por sua vez também teve uma percepção semelhante, e em seu romance *Sanshiro*, publicado em 1908, narra a história de um jovem universitário criado em Kyushu, e o choque de valores que encarou ao ir estudar na Universidade Imperial de Tóquio, ao se deparar com o modo de vida mais liberal e ocidentalizado da capital (NATSUME, 2013).

Na década de 1880, mais precisamente em 1882, o governo Meiji publicou o *Rescrito Imperial para os Soldados e Marinheiros* contendo palavras atribuídas ao Imperador Meiji, mas de autoria de terceiros, incluindo o General Yamagata Aritomo (MCCLAIN, 2002, p. 201-202).

O texto deste documento, dirigido aos militares e futuros militares japoneses, instruía como seria o serviço ideal ao Imperador (MCCLAIN, 2002, p. 202), podendo ser sintetizado em cinco pontos principais: 1) “O soldado e o marinheiro devem considerar a lealdade seu dever essencial”, 2) “O soldado e o marinheiro devem observar estritamente a respeitabilidade”, 3) “O soldado e o marinheiro devem estimar a bravura”, 4) “O soldado e o marinheiro devem estimar a fidelidade e a retidão”, 5) “O soldado e o marinheiro devem fazer da simplicidade o seu objetivo” (EMPEROR MEIJI’S IMPERIAL RESCRIPT TO SOLDIERS AND SAILORS, 1943, p. 241, 242, 243, 244).

O ideal de lealdade presente nesse documento é exatamente segundo o entendimento que Yamagata aprendeu com Yoshida Shoin, proveniente da mistura dos ideais do *Hagakure* com a ideologia dos nativistas. Era a chegada



dos ideais do sul do Japão à capital do Império. Esse novo *ethos* se popularizaria sob o nome de *Bushido*¹³, termo que ganhou sua notoriedade definitiva após a publicação em 1899 do livro *Bushido: The Soul of Japan*, de autoria do diplomata Nitobe Inazo (1862-1933).

Em 1889 foi promulgada a *Constituição do Império do Japão*, declarada como um presente do Imperador para seu Primeiro Ministro e o povo (GORDON, 2003, p. 92).

Em seu primeiro capítulo a Constituição traz passagens sobre: a soberania do Imperador (artigos 1, 2, 4, 5, 6 e 7), incluindo o supremo comando das forças armadas (artigo 11) e a sacralidade e inviolabilidade do Imperador (artigo 3) (THE MEIJI CONSTITUTION, 2006, p. 76).

Estes trechos confirmam a primazia do Imperador como soberano e detentor da lealdade da população, da nação de samurais que se construía.

No ano de 1890 foi promulgado o *Rescrito Imperial para a Educação*, um documento voltado não apenas aos estudantes, mas a toda a população do Império, que caracteriza como “sempre unidos na lealdade e na devoção filial”, exortando o povo, para que sejam “filiais com os vossos pais, afectuosos com os vossos irmãos e irmãs; como maridos e mulheres”, que fossem “harmoniosos, como verdadeiros amigos”; e que se comportassem “com modéstia e moderação”, para que respeitem sempre “a constituição e [...] as leis” e ao final faz ainda a seguinte exortação os súditos: “em caso de emergência, ofereci-vos corajosamente ao Estado; e, assim, guardai e mantede a prosperidade do Nosso Trono Imperial, tão antigo quanto o céu e a terra” (RESCRITO IMPERIAL PARA EDUCAÇÃO, 2008, p. 120-121).

Esse documento não apenas retoma exortações feitas aos soldados e marinheiros em 1882 (lealdade, bravura e simplicidade), como ainda promove a virtude confucionista da piedade filial e invoca a coragem nacional para a defesa do trono Imperial, o detentor primário da lealdade nacional.

Em 1898 foi promulgado o *Código Civil* do Japão, que tem como principal papel no processo de samuraização, a promoção do modelo samurai de família como padrão para toda a nação, valorizando a subordinação do indivíduo ao grupo e a hierarquia



por sexo e idade, garantindo ao patriarca total controle sobre as propriedades da família e os direitos de seus membros, desde o próprio pertencimento à família, quanto o controle sobre assuntos como casamentos e divórcios no seio da mesma (THE CIVIL CODE OF JAPAN, 1898, p. 190-253).

O progressivo processo de samuraização do Japão, pelo qual, nas palavras de Harumi Befu (1985, p. 52), “os valores e instituições da casta guerreira permearam o povo comum”, é perceptível pela presença de seus ideais característicos nos documentos oficiais promulgados entre 1882 e 1898. Dessa forma o desenvolvimento e divulgação da ideia do *Bushido* como um *ethos* geral do povo japonês já estava maduro à altura da Guerra Russo-Japonesa nos anos de 1904 e 1905. Sobre este conflito, em comentário relativo aos soldados japoneses que nele lutaram, o Conde Okuma Shigenobu (1838-1922), na introdução que escreveu para o livro do Tenente Sakurai Tadayoshi (1869-1965), de fato a eles se refere como samurais, ao afirmar que:

A performance do verdadeiro espírito dos samurais japoneses é radicalmente diferente dos homens que aparecem para lutar na linha de frente apenas com a expectativa de condecorações e dinheiro diante de seus olhos (OKUMA, 1907, p. xi).

E ainda enquanto este conflito estava em andamento, o escritor Lafcadio Hearn (1906, p. 329) relatou, escrevendo em 1904, sua percepção sobre o processo de samuraização que atingia seu auge naquele momento, sintetizando a situação da seguinte maneira:

[...] quando o Japão finalmente se viu cara a cara com o perigo inesperado de agressão ocidental [em 1853], a abolição dos *daimiatos* foi considerada uma questão de suma importância. O perigo supremo exigia que as unidades sociais se fundissem em uma massa coerente, capaz de ação uniforme, que o clã e os grupos tribais fossem permanentemente dissolvidos, que toda autoridade imediatamente se concentrasse no representante da religião nacional, – que o dever de obediência ao Soberano Celestial deveria substituir, de uma vez e para sempre, o dever feudal de obediência ao senhor territorial. A religião da lealdade, evoluída por mil anos de guerra, não podia ser rejeitada: devidamente utilizada, provaria ser uma herança nacional de valor incalculável, – uma força moral capaz de milagres se dirigidos por uma vontade sábia para um único fim sábio. Não poderia ser destruída pela reconstrução; mas poderia ser desviada e transformada. Desviada, portanto, para fins mais nobres e expandida para necessidades maiores, tornou-se o novo sentimento nacio-



nal de confiança e dever: o senso moderno de patriotismo.

Dessa forma, Hearn (1906, p. 329) afirma que o processo que Harumi Befu viria a chamar de samuraização teria sido feito para garantir a independência da nação. Dessa forma, a promoção dos valores samurais entre a população, com a substituição dos receptáculos do dever da lealdade popular, trocando os senhores locais pelo Imperador, serviria como base para o surgimento do “moderno senso de patriotismo” dessa pátria de modernos samurais, ou, em outras palavras, do moderno nacionalismo japonês.

Sobre isso podemos perceber que a samuraização do Japão Meiji foi um processo de estabelecimento de uma “comunidade imaginada”, a invenção de uma nação moderna, jovem, aos olhos do historiador, mas muito antiga do ponto de vista dos seus nacionalistas, em que se desenvolve um sentimento de cumplicidade muito próximo do existente no “parentesco” e na “religião” (ANDERSON, 2013, p. 31-32).

Através da samuraização o outrora fragmentado Japão, no qual, o que importava, como escreve Ruth Benedict (2006, p. 49), “era se alguém pertencia ao feudo de Satsuma ou Hizen”, ou seja, que tinha vínculos e identidades locais e não nacionais; se tornou, como todas as nações modernas, “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2013, p. 32), pois ao igualar os valores e lealdades de todos os súditos como provindos de um mesmo estamento social (o samurai), o governo criou e promoveu a “profunda camaradagem horizontal” na qual “a nação é sempre concebida”, segundo Benedict Anderson (2013, p. 34), criando o tipo de comunidade imaginária pela qual as pessoas matariam e morreriam, a nação moderna (ANDERSON, 2013, p. 34).

E se por um lado a samuraização conquistou para o Japão inclusive a simpatia internacional, a medida que o código do *Bushido* foi se tornando conhecido e famoso no Ocidente, por outro lado a disposição ao sacrifício, de fato evocada a todos os súditos no *Rescrito Imperial para a Educação* de 1890, e também presente nos ideais desse código de honra, foi vista entre os ocidentais como um dos principais trunfos que permitiram ao Japão conseguir a



surpreendente vitória sobre a Rússia em 1905, projetando-o no imaginário das grandes potências como uma nova ameaça, o “perigo amarelo” (LITTLEHOOD, 1996, p. 27-28; SINGER, 1973, p. 152).

O estabelecimento do moderno Japão como uma comunidade imaginária se fez viável graças ao apelo à tradição que a samuraização promoveu. Por “tradição”, e quanto à sua autoridade, aqui compartilhamos o entendimento de Edward Shils (1981, p. 25-26), segundo o qual:

É essa transmissão normativa que liga as gerações dos mortos às gerações dos vivos na constituição de uma sociedade. A coesão de uma sociedade é normalmente concebida como uma característica de um movimento particular no tempo; é a coesão de seus membros vivos um com o outro. Os membros vivos mais velhos ajudam a induzir os mais jovens nas crenças e padrões que herdaram daqueles que vieram antes deles. Desta forma, os mortos são influentes, exercitam o que os críticos da tradicionalidade chamaram de “mão morta de o passado”. Eles são objetos de apego, mas o que é mais significativo, é que seus trabalhos e as normas contidas em suas práticas influenciam as ações das gerações subsequentes às quais são desconhecidos. A normatividade da tradição é a força inercial que mantém a sociedade em uma determinada forma através do tempo.

Em resumo, Shils vê a tradição como uma fonte de coesão social e autoridade para justificar essa coesão.

No entanto a nação samuraizada, pregada como uma tradição pelo governo Meiji e pelos apologistas dessa ideia, é, como demonstramos, uma invenção moderna, ou seja, uma tradição inventada.

O conceito de “tradição inventada” é definido por Eric Hobsbawm como “um conjunto de práticas” [...] “[que] visam inculcar certos valores e normas” [...] “[através de uma suposta] continuidade com um passado histórico apropriado” (2002a, p. 9), tendo inclusive ocorrido em conjunto com um fenômeno semelhante no Ocidente, que Hobsbawm (2002b, p. 271) chama de um período de “invenção em massa de tradições”, entre os anos de 1870 e 1914.



Conclusão

Podemos concluir que a suposta continuidade histórica, sobre a qual escreveu Hobsbawm, e com a qual no Japão era identificada a tradição à qual a samuraização se reportava, seria a unidade dos valores nacionais sob o *ethos* do estamento samurai. Isso de fato teve alguma realidade com a circularidade dos valores que ocorreu entre os diferentes estamentos sociais em meados da Era Tokugawa, e que foi transformada em uma unidade da orientação ética nacional pelos pregadores da moderna ideia de *Bushido*, entre os quais o mais notável foi Nitobe Inazo.

Dentro do contexto da modernização conservadora, que se seguiu ao abandono do modelo liberal de modernização, foi, portanto, essa tradição inventada da unidade do *ethos* nacional, que viabilizou a imaginação, ou invenção, de todo o Japão como uma comunidade, fazendo com que a samuraização tenha se tornado o grande instrumento para o estabelecimento do Japão como um moderno estado-nação, assumindo as características básicas que manteve até seu colapso com a derrota na Segunda Guerra Mundial em 1945, embora a identificação do samurai como ideal do caráter nacional não tenha perdido totalmente sua presença no Japão atual.



FONTES PRIMÁRIAS

EMPEROR MEIJI'S IMPERIAL RESCRIPT TO SOLDIERS AND SAILORS. In: LORY, Hillis. **Japan's Military Masters: The Army in Japanese Life**. Nova York: Viking Press, 1943. p. 239-245.

GRIFFIS, William Elliot. **The Mikado's Empire: A History of Japan from the Age of Gods to the Meiji Era (660 BC-AD 1872)**. Berkeley, Tóquio: Stone Bridge Classics, Yohan Classics, 2006.

HEARN, Lafcadio. **Out of the East: Reveries and Studies in New Japan**. Boston: Houghton Mifflin and Company, 1895.

HEARN, Lafcadio. **Japan: An Attempt at Interpretation**. Nova York: The Macmillan Company, 1906.

KIKUCHI, Dairoku. **Japanese Education: Lectures Delivered in the University of London**. Londres: John Murray, 1909.

NATSUME, Soseki. **Sanshiro**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

NITOBÉ, Inazo. **Bushido: The Soul of Japan**. Tóquio: Teibi Publishing Company, 1908.

OKUMA, Shigenobu. Introduction. In: SAKURAI, Tadayoshi. **Human Bullets: A Soldier's Story of Port Arthur**. Boston & Nova York: Houghton, Mifflin and Company, 1907. p. i-xii.

RESCRITO IMPERIAL PARA EDUCAÇÃO. In: HENSHALL, Kenneth. **História do Japão**. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 120-121.

THE CIVIL CODE OF JAPAN. Yokohama, Xangai, Hong Kong e Singapura: Kelly & Walsh, 1898.

THE MEIJI CONSTITUTION. In: BARY, Theodore de; GLUCK, Carol; TIEDEMANN, Arthur (Orgs). **Sources of Japanese Tradition: 1600 to 2000 Volume Two, Part Two: 1868 to 2000**. Nova York: Columbia University Press, 2006. p. 76-79.

YAMAGATA, Aritomo. The Japanese Army. In: OKUMA, Shigenobu (Org). **Fifty Years of a New Japan: Volume 1**. Toronto: University of Toronto Library, 1909. p. 194-217.

YOSANO, Akiko. Beloved, You Must Not Die (Kimi Sinitamo Nakare, 1905). In: RIMER, J. Thomas, GESSEL, Van C. (Orgs). **The Columbia Anthology of Modern Japanese Literature Vol I**. Nova York: Columbia University Press, 2007. p. 143-144.



REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BEFU, Harumi. **Japan: An Anthropological Introduction**. Tóquio: Tuttle, 1985.
- BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BENESCH, Oleg. **Inventing the Way of Samurai: Nationalism, Internationalism and Bushido in Modern Japan**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- GLUCK, Carol. Japan's Modernities. In: EMBREE, Ainslie. T; GLUCK, Carol (Org.). **Asia in Western and World History**. Nova York: ME Sharpe, 2015. p. 561-593.
- GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: From Tokugawa Times to the Present**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002a. p. 9-23.
- HOBSBAWM, Eric. A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002b. p. 271-316.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz & Terra, 2005.
- KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and His World, 1852-1912**. Columbia: Columbia University Press, 2002.
- LITTLEWOOD, Ian. **The Idea of Japan: Western Images, Western Myths**. Chicago: Ivan R. Dee, 1996.
- MACFARLANE, Alan. **Japan through the Looking Glass**. Londres: Profile Books, 2008.
- MCCLain, James L. **Japan: A Modern History**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2002.
- MORRIS, J. **Makers of Japan**. Londres: Methuen & CO, 1906.
- MOORE JR, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno**. Lisboa: Martins Fontes, 1975.
- NISH, Ian. Nationalism in Japan. In: LEIFER, Michael (Org). **Asian Nationalism**. Londres e Nova York: Routledge, 2000. p. 82-90.



REFERÊNCIAS

- NOSCO, Peter. Intellectual Change in Tokugawa Japan. In: TSUTSUI, William M. (Org). **A Companion to Japanese History**. Malden: Blackwell, 2007. p. 101-116.
- OGUMA, Eiji. **Genealogy of Japanese Self-Images**. Melbourne: Trans Pacific Press, 2002.
- PYLE, Kenneth B. Meiji Conservatism. In: JANSEN, Marius B. (Org). **The Cambridge History of Japan: Volume 5, The Nineteenth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 674-720.
- RAVINA, Mark. **The Last Samurai: The Life and Battles of Saigo Takamori**. Nova Jersey: Wiley, 2004.
- REISCHAUER, Edwin. **The Japanese Today: Change and Continuity**. Cambridge, Londres: The Belknap Press, 1995.
- SANSOM, George. **The Western World and Japan: A Study in the Interaction of European and Asiatic Cultures**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1951.
- SHILS, Edward. **Tradition**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- SINGER, Kurt. **Mirror, Sword and Jewel**. Nova York: George Braziller, 1973.
- SKOSS, Diane. Bushido. In: HOROWITZ, Marianne Cline (Org). **New Dictionary of the History of Ideas** Volume 1. Detroit: Thomson Gale, 2005. p. 251-253.
- SMITH, Patrick. **Japan: A Reinterpretation**. Nova York: Pantheon Books, 1997.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.



NOTAS

1. Doutor em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e atualmente Pós-Doutorando pela mesma instituição, bolsista PROFIX/FAPES.
2. Entre as fontes aqui utilizadas, as oficiais do governo Meiji são traduções para a língua inglesa, sendo o Rescrito Imperial dos Soldados e Marinheiros extraído do livro *Japan's Military Masters*, de Hillis Grew, um estudo sobre as forças armadas japonesas publicado nos EUA em 1943, no calor do conflito deste país com o Japão, tendo sido prefaciado por Joseph Grew (1880-1965), embaixador dos EUA no Japão quando as hostilidades se iniciaram. A Constituição Meiji e o Rescrito Imperial para a Educação estão disponíveis na coletânea de fontes *Sources of Japanese Tradition*, volume 2, editada pela Universidade de Columbia, com a colaboração de especialistas como Donald Keene e Carol Gluck (porém em referência ao Rescrito de Educação, tomamos emprestada a tradução integral para a língua portuguesa presente na edição lusitana do livro *História do Japão*, de Henshall, que originalmente utilizou a tradução contida no *Sources of Japanese Tradition*). Para o Código Civil de 1898 recorreremos à tradução feita pela Universidade Imperial de Tóquio. Por sua vez, o relatório do general Yamagata Aritomo sobre o exército japonês faz parte do livro de relatórios publicado sob a organização do Conde Okuma Shigenobu, intitulado *Kaikoku Gojunen Shi*. Esse livro, compilado em comemoração aos cinquenta anos da abertura do Japão, foi traduzido para o inglês sob a direção de Marcus B. Huish (1843-1921), sendo esta tradução publicada em 1909, com o título *Fifty Years of New Japan*. Outros textos escritos originalmente em língua japonesa que são citados aqui em traduções são a tradução para o inglês do poema de Yosano Akiko, *Kimi Sinitamo Nakare*, que faz parte da coletânea *The Columbia Anthology of Modern Japanese Literature*, volume I, uma obra de origem e natureza semelhantes ao *Sources of Japanese Tradition*, voltada para a literatura japonesa. Outra obra vertida do japonês para o inglês é *Human Bullets*, traduzida por Masujiro Honda, e editada pela japonologista Alice Mabel Bacon. Enfim o romance de Natsume Soseki, *Sanshiro*, foi aqui consultado na edição brasileira feita pela editora Estação Liberdade, que contou com o trabalho de tradução feito por Fernanda Garcia. As demais fontes foram abordadas em sua língua original (inglês). Estas fontes foram selecionadas em função da variedade de pontos de vista que ajudam a exemplificar, desde documentos oficiais contemporâneos aos acontecimentos, que exprimem as intenções do governo Meiji, escritos que funcionam como relatos de memória por parte de oficiais importantes deste mesmo governo, e escritos da época, que registram a percepção do cenário por parte de observadores externos.
3. Um movimento iniciado no século XVIII, e que pregava a valorização da cultura japonesa, em detrimento às influências culturais chinesas, defendendo também o exercício do poder efetivo no Império como uma atribuição do Imperador, e do Xintoísmo como religião central (NOSCO, 2007, p. 106-107).
4. Neste artigo trabalhamos com o conceito de “estamento”, que se caracteriza



NOTAS

- por sua falta de mobilidade social se comparado com a “classe”. “Estamento”, segundo o entendimento de Max Weber, se define por ser um estrato pelo qual “as honras sociais são distribuídas numa comunidade” (WEBER, 1982, p. 212), com um “estilo de vida específico” e distintivo, além de ter “restrições ao relacionamento” (WEBER, 1982, p. 219) no meio social.
5. Confronto entre as forças leais ao xogunato Tokugawa e os partidários da Restauração Meiji.
 6. Confronto entre russos e japoneses pelo domínio de territórios na Manchúria e na China.
 7. Os valores que guiam a conduta pessoal, segundo a definição de Max Weber (1982, p. 368).
 8. Episódio ocorrido entre 1701 e 1702, quando 47 ronins (samurais sem senhor) vingaram a morte de seu lorde, tornando-se a mais conhecida história da cultura japonesa, e que seria a mais extrema ilustração do ethos samurai, ou posteriormente, japonês (SMITH, 1997, p. 195).
 9. Revolta dos ex-samurais do Domínio de Satsuma contra o governo Meiji.
 10. Guerra travada entre chineses e japoneses pela influência sobre o governo coreano.
 11. A Shimpuren (Liga do Vento Divino), surgiu em 1876, sendo composta por cerca de 200 ex-samurais, que, ao evocar a simbologia do “vento divino” (Kamikaze) que teria protegido o Japão da invasão mongol no século XIII, pregavam a expulsão dos bárbaros estrangeiros e a extinção de sua influência sobre a cultura japonesa. Esse grupo protagonizou um ataque fracassado à uma guarnição militar de Kumamoto em 1876 (KEENE, 2002, p. 264-266).
 12. Preceitos morais e de comportamento direcionados aos vassallos de um domínio.
 13. Palavra que teria aparecido pela primeira vez no Koyo Gunkan, texto atribuído ao samurai Kosaka Masanobu (1527-1578), mas que se tornou corrente apenas na década de 1880, segundo a concepção do político Yukio Ozaki (1859-1954), que entendia esse conjunto de valores como um equivalente japonês do código britânico da “cavalaria” ou “cavalheirismo”, sendo posteriormente teorizado por vários autores na década de 1890, até atingir sua definição mais famosa e influente na obra de Nitobe Inazo, que o essencializava em sete virtudes: justiça, coragem, benevolência, polidez, sinceridade, honra e lealdade (BENESCH, 2014, p. 5; NITOBE, 1908, p. 20-84; SKOSS, 2005, p. 251).

